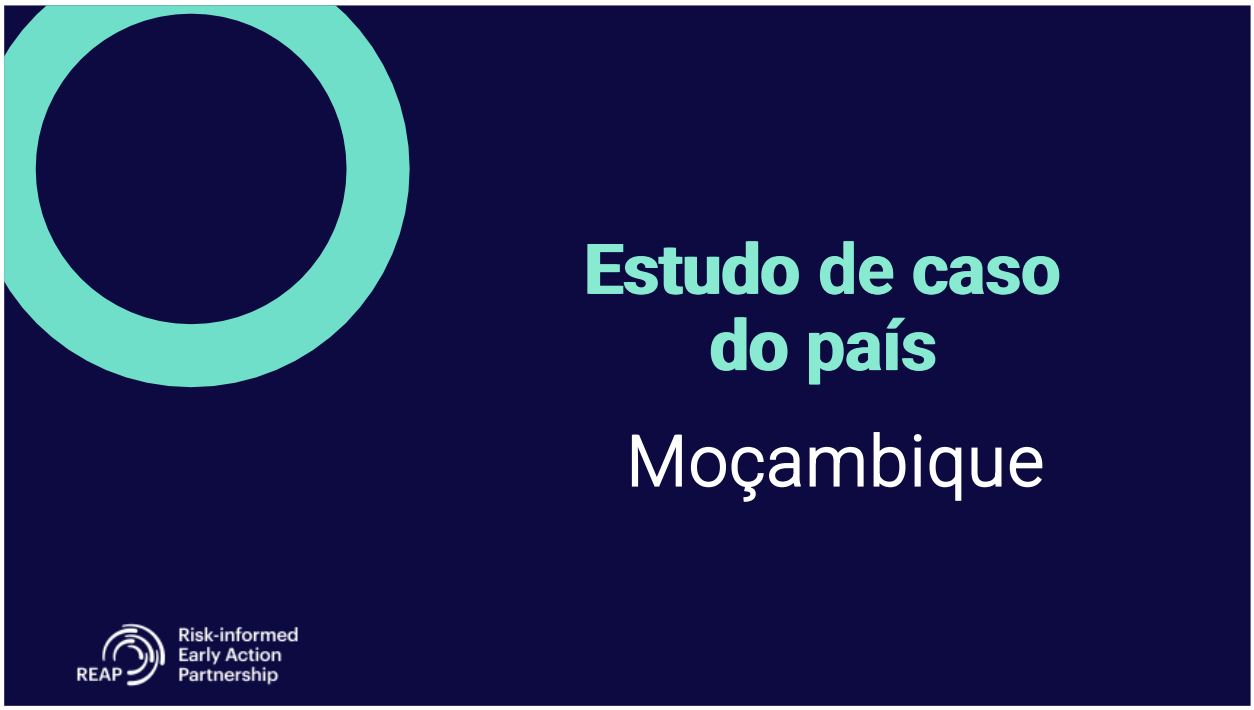



## Contexto

Moçambique está altamente exposto e vulnerável aos desastres naturais e à variabilidade climática. A extensa costa de Moçambique alberga mais de 60% da sua população e aumenta a vulnerabilidade do país aos ciclones tropicais e às inundações causados pelas tempestades. Está em terceiro lugar entre os países de África expostos a riscos relacionados às condições climáticas multiplicados, tais como inundações, ciclones e secas (Banco Mundial, 2019). A vulnerabilidade do país é exacerbada pela pobreza e pelo fraco desenvolvimento institucional. Cada vez mais provas demonstram que os desastres são um motor de desigualdade e pobreza que afeta as populações carenciadas de forma desproporcionada, que têm uma capacidade limitada de lidar com os choques. Análises recentes mostram que a incidência de um ciclone, uma inundação ou uma seca pode levar a uma queda de até 25-30% no consumo de alimentos per capita (Baez *et al*., 2018). As inundações e secas casa vez mais frequentes ameaçam a produção agrícola, que é 97% de sequeiro e emprega cerca de 75% da força de trabalho de Moçambique (Banco Mundial, 2019; USAID, s.d.). De modo geral, a seca causa uma perda estimada de 20 milhões de Dólares Americanos por ano e espera-se que as mudanças climáticas exacerbem o impacto dos choques (Banco Mundial, 2019). As inundações podem também ter efeitos devastadores - em 2000, as perdas causadas pelo ciclone Eline chegaram a 20% do PIB do país. Em 2015-16, Moçambique sofreu uma grave seca induzida pelo El Niño que levou o Governo de Moçambique (GdM) a declarar um Alerta Vermelho, o nível mais elevado de preparação nacional para as emergências, nas províncias do centro e sul (Programa Alimentar Mundial [PAM], 2016)[1].

Em Março e Abril de 2019, Moçambique foi atingido por dois grandes ciclones consecutivos – o Ciclone Idai e o Ciclone Kenneth, respetivamente. Mais de 1,7 milhão de pessoas foram afetadas, com danos e perdas no valor de 3 mil milhões de Dólares Americanos e um custo total estimado em 3,4 mil milhões de Dólares Americanos para a recuperação e reconstrução (Governo de Moçambique [GdM], 2019). O

[1] https://www.wfp.org/operations/200993-augmentation-wfp-support-sadc-secretariat-and-member-states-response-el-nino

Ciclone Idai atingiu a cidade portuária da Beira, província de Sofala, no centro de Moçambique e provocou enormes tempestades e grandes inundações. O Ciclone Idai atingiu quatro das províncias mais carenciadas - Zambézia, Sofala, Tete e Inhambane e destruiu 715.000 hectares de terras agrícolas em todo o país (Crossley, E. *et al.* 2021). O Ciclone Kenneth, com ventos de 220 km/h, foi o ciclone mais forte já registado que atingiu a costa de África. O Ciclone Kenneth atingiu as províncias do norte de Cabo Delgado e Nampula, cerca de 600 quilómetros a norte da zona de impacto do Idai. Já se previa que a produção agrícola para a época principal de 2018-2019 seria bastante baixa devido às condições de seca em muitas zonas do sul e do centro do país, que coincidiram com as províncias mais afetadas pelo ciclone Idai (Governo de Moçambique [GdM], 2019). Ao mesmo tempo em que o ciclone Idai atingia o país, uma seca contínua afetava o país. O Ciclone Idai reforçou as discussões sobre os sistemas de alerta precoce e a previsão baseada no impacto e atuou como um catalisador de mudanças para melhorar a preparação.

No final de 2020, a tempestade tropical Chalane atingiu o distrito de Muanza destruindo os abrigos, e deslocando pela segunda vez mais de 270 famílias que já viviam em acampamentos de sobreviventes do Ciclone Idai, onde ainda residem cerca de 90.000 pessoas. A 23 de Janeiro de 2021, grandes áreas de terra de cultivo foram inundadas pelo **Ciclone Tropical (CT) Eloise** que atingiu a província de Sofala Central. Estima-se que mais de 314.000 pessoas em Sofala e nas províncias vizinhas de Manica, na parte sul das províncias da Zambézia, Inhambane e Gaza tenham sido afetadas (ACAPS, 2021). O Ciclone Tropical (CT) Eloise também induziu inundações na bacia sul do rio Limpopo.

Na província de Cabo Delgado, o conflito armado continua a provocar o deslocamento generalizado de mais de 744.000 pessoas (OIM, Setembro de 2021) e uma crise humanitária em rápido crescimento (OCHA, 2021). No norte de Moçambique, onde o ciclone Kenneth atingiu em 2019, tornando a resposta mais complexa, cerca de 670.000 pessoas estão atualmente deslocadas, com a insegurança que continua a expandir-se em escala, extensão e complexidade, apontando para deterioração potencial e deslocamentos adicionais em 2021 (CARE, 2021) [2]. No Plano de Resposta Humanitária (PRH) de 2021, o Programa Alimentar Mundial (PAM) tinha como alvo 527.000 Pessoas Deslocadas Internas (PDIs). Existem agora mais de 740.000 deslocados internos de Cabo Delgado (OIM, 2021). O CicloneIdai deixou um impacto psicológico nas comunidades que se refletiu na resposta a alertas precoces em resposta à tempestade tropical Chalane e ao Ciclone Eloise (GRC KII).

Em termos de governação, Moçambique está dividido em 11 províncias, a mais alta divisão administrativa[3]. As províncias são ainda divididas em 154 distritos e 407 divisões administrativas, englobando localidades mais pequenas e vilas agregadas (povoações).

## Legislação e ambiente político

O ponto de entrada para a ação de antecipação (AA) é a Lei de Redução e Gestão do Risco de Desastres (Lei n.º 10/2020)[4] complementada por um conjunto de regulamentos que aprovam a Lei de Redução e Gestão do Risco de Desastres (Decreto Nº 76/2020) (FICV, 2021a). Esta lei revogou a Lei Nº 15/2014, que estabeleceu o quadro para a gestão de desastres, incluindo a prevenção e mitigação. Enfatizou a importância da prontidão e da preparação para prevenir os impactos das mudanças climáticas e reduzir a vulnerabilidade às desastres. A lei exigia também atividades para ação de antecipação (AA), tais como: os planos de contingência baseados em previsões científicas; planos de gestão de desastres para incluir os

[2] https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/2-years-since-cyclone-idai-and-mozambique-has-already-faced-an-additional-3-cyclones/

[3] As províncias de Moçambique são Cabo Delgado, Gaza, Inhambane, Manica, Cidade de Maputo, Maputo, Nampula, Niassa, Sofala, Tete e Zambézia.

[4] Aprovada em 24 de Agosto de 2020

riscos previstos; o estabelecimento de um sistema de alerta precoce e exigiu que o sistema utilizasse os alertas amarelo, cor de laranja e vermelho para o público; prescreveu as ações de emergência do Conselho de Ministros em caso de uma catástrofe *iminente* ou ocorrida e instruiu o Conselho de Ministros a estabelecer um Fundo de Gestão das Desastres (LSE s.d.)[5]. A nova lei estabelece o regime jurídico da Redução do Risco de Desastres(RRD)/M e destaca a necessidade de adaptação às mudanças climáticas.

Os documentos da Política Orientadora para a Redução do Risco de Desastres são - a Política Nacional de Gestão de Desastres (NPDM) (1999); e o Plano Diretor para a Redução do Risco de Desastres (PDRRD) 2017-2030. O Plano Diretor para a Redução do Risco de Desastres (PDRRD) está alinhado com o compromisso de Redução de Desastres em África e o Quadro de Sendai (Banco Mundial, 2019). Outros desenvolvimentos de políticas relevantes para a estrutura da Redução do Risco de Desastres incluem: o Programa Quinquenal do Governo 2015–2019, que defende a integração de diretrizes sobre a Redução do Risco de Desastres e a Adaptação às Mudanças Climáticas (CCA) nos planos de desenvolvimento nacional, setorial e local; a Agenda 2025 (*Visão Estratégica de Nação)* que indica a necessidade de considerar o impacto das desastres no desenvolvimento de Moçambique e a Estratégia Nacional de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas (ENAMMC) 2013-2025, que descreve as principais áreas de ação em que o governo deve concentra-se para reduzir os impactos das mudanças climáticas (FICV, 2021a).

A estrutura institucional para a Redução do Risco de Desastres em Moçambique está definida na Lei da Redução do Risco de Desastres de 2020, que estabelece que os principais órgãos do sistema de Redução do Risco de Desastres a nível central são os seguintes: a) o governo; b) o Conselho Técnico para a Gestão de Calamidades e Redução dos Riscos; c) o Conselho Técnico para a Gestão dos Desastres e Redução dos Riscos; e d) a Entidade Coordenadora para a Gestão e Redução do Risco de Desastres (*Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres* - INGD)[6]. O Decreto Presidencial Nº 41/2020 estabelece ainda as competências do Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD). O Conselho Técnico de Gestão de Calamidades (CTGD) é constituído por diretores e técnicos de todos os ministérios e setores e serve como plataforma nacional do governo para a gestão de desastres (Karadan et al. 2017) . O principal ator do governo para a seca, a Divisão de Desenvolvimento das Zonas Áridas e Semi-Áridas (DARIDAS) centra-se mais em problemas de desenvolvimento em torno das terras áridas e semi-áridas do que na resposta a emergências, que está sob o mandato do Centro Nacional das Operações de Emergência (CENOE), que é o braço operativo do Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD).

O sistema de Redução do Risco de Desastres é bastante centralizado, embora tenha havido tentativas de descentralização. Os órgãos governamentais mais importantes, como o Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD) e o Instituto Nacional de Meteorologia (INAM), têm uma representação provincial (KII). Após as cheias devastadoras de 2000, face à limitada capacidade de resposta das comunidades locais, foram criadas reuniões de membros como o Comité Local de Gestão do Risco das Calamidades (CLGRCs) nos distritos altamente propensos aos riscos. Em 2017, existiam 1.218 Comités, com um total de 14.255 membros em todo o país, dos quais 698 Comités estão equipados (Banco Mundial, 2019). No entanto, é um desafio fundamental garantir o funcionamento sustentável dos Comités existentes e estabelecer Comités em todas as comunidades de alto risco. Embora esta tenha sido uma boa iniciativa, notou-se uma falta de acompanhamento, tal como a formação e os recursos para a sua

[5]https://www.climate-laws.org/geographies/mozambique/laws/law-15-2014-establishing-the-framework-for-disaster-management-including-prevention-and-mitigation Acedido a 20 de Agosto de 2021

[6] Revogando assim o Decreto Nº 38/39 que criou o *Instituto Nacional de Gestão de Calamidades* – INGC. https://www.ingd.gov.mz/

manutenção. Houve tentativas por parte de parceiros humanitários e do desenvolvimento de construir sobre essas estruturas (KII).

O Ministério da Terra e do Ambiente[7] tem o mandato para as mudanças climáticas e tem um Conselho de Coordenação. Várias fontes citaram a falta de coordenação e cooperação entre os vários intervenientes governamentais como sendo a principal fraqueza das tentativas de Moçambique para combater os efeitos das mudanças climáticas. Assim, em 2014, com o apoio do Banco Mundial, uma Unidade das Mudanças Climáticas (UMC) entrou em funcionamento para melhorar a coordenação e destina-se a funcionar como um organismo intergovernamental para a coordenação das atividades relacionadas com as mudanças climáticas (Governo dos Países Baixos, 2018).

A criação jurídica do **Fundo de Gestão de Calamidades -*FGC*[8]** em 2017 foi um passo importante dado pelo Governo de Moçambique (GdM) no sentido de melhorar a proteção financeira contra desastres. Embora o Fundo de Gestão de Calamidades (FGC) devesse ser operacionalizado antes de Abril de 2019, está claro qual é o estatuto.

## Financiamento dos Riscos de Desastres

Em 2019, o governo assinou um Memorando de Entendimento com a Capacidade de Risco em África (ARC) para facilitar a futura aquisição de cobertura das secas e dos ciclones. A Capacidade de Risco em África (ARC) trabalha com outros parceiros de desenvolvimento, incluindo o Banco Africano de Desenvolvimento e o Banco Mundial, no sentido de apoiar o financiamento de prémios a Moçambique quando este tomar a decisão sobre a cobertura (ARC, 2019).

A conta do Fundo de Gestão de Calamidades (FGC) é gerida pelo Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD)[9] e espera-se que receba uma dotação orçamental anual de pelo menos 0,1% do orçamento do Estado (dotação anual mínima de aproximadamente 4,5-5 milhões de Dólares Americanos). Tal será complementado pelo Banco Mundial com um montante anual de 9 milhões de Dólares Americanos nos dois primeiros anos do fundo e com 5 milhões de Dólares Americanos nos três anos subsequentes (Calcutt, E. *et al,* s.d). De acordo com os regulamentos, elaborados com a assistência do Banco Mundial, o processo de contribuição para o Fundo de Gestão de Desastres (FGD) é chamado de “Transferência de Risco”, que visa garantir a alocação e a aplicação atempadas de recursos para as atividades de resposta e responder às prioridades e urgências no contexto de uma emergência (FICV, 2021b). O Fundo de Gestão de Desastres (FGD) foi concebido para poder adquirir futuros instrumentos de transferência de risco soberano, tais como a Capacidade de Risco em África (ARC), para cobrir riscos como a seca e/ou o ciclone (Banco Mundial, 2019). Os regulamentos também especificam, entre outros, o mecanismo de acionamento para utilização de recursos do fundo; as regras para a solicitação de recursos do fundo; os requisitos de contratos pré-negociados para a entrega de mercadorias especificadas; os requisitos para a auditoria da utilização de fundos e transparência; e a responsabilidade fiduciária do Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD) (Calcutt, E. *et al,* s.d). Parece existir alguma confusão dentro do Governo de Moçambique (GdM) sobre a questão de saber se o pagamento do prémio é permitido através do Fundo de Gestão de Calamidades (FGC), embora o Capítulo 4 do 17º artigo do manual de procedimentos mencione a transferência de risco através do seguro soberano (Programa Alimentar Mundial [PAM] KII). Durante a atualização do manual para refletir as mudanças recentes, foi

[7] O Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) que tinha o mandato para as mudanças climáticas, foi dividido em dois em 2020. A componente de Desenvolvimento Rural foi para o Ministério da Agricultura.

[8] Decreto Nº 53/2017 de 18 de Outubro de 2017

[9] https://www.ingd.gov.mz/o-que-e-fgd/ Acedido a 21 de Agosto de 2021

realizada uma consulta. O Programa Alimentar Mundial (PAM) através da Divisão de Desenvolvimento das Zonas Áridas e Semi-Áridas (DARIDAS), defendeu a inclusão de desastres de início lento e de financiamento baseado em previsões (FbP). Embora os comentários dos parceiros e de outras pessoas tenham sido consolidados, a revisão final ainda não está finalizada no momento da preparação deste estudo de caso. É provável que o fundo não seja aberto para financiar o início lento ou permitir a utilização de fundos para financiar a resposta à seca. Acredita-se que os recursos atuais são demasiado pequenos (cerca de 10 milhões de Dólares Americanos), e que para uma resposta à seca um tamanho ideal seria em torno de 60 milhões de Dólares Americanos (KII).

Antes disto, o único instrumento financeiro ex ante para a preparação e resposta a desastres era uma alocação orçamentária anual de contingência de cerca de 2 milhões de Dólares Americanos. Os montantes atribuídos todos os anos eram imprevisíveis e a dimensão limitada da atribuição significava que o Governo de Moçambique (GdM) apenas podia responder a eventos de pequena e média dimensão.

**Financiamento Humanitário**

Um novo documento de trabalho analisa os fluxos de financiamento rastreados em resposta aos riscos naturais. Constatou que muito pouco financiamento foi pré-elaborado, e que o financiamento humanitário flexível da ONU desempenhou um papel importante. O financiamento da seca continua a ser extremamente lento e limitado, em oposição às crises de início rápido que têm um forte "efeito CNN". Embora o Banco Mundial seja o maior financiador, é também um dos mais lentos (Crossley *et al.*, 2021). O Plano de Resposta Humanitária (PRH) das Nações Unidas para o Ciclone Idai estimou os requisitos em 441 milhões de Dólares Americanos. Desde Junho de 2019, foram financiados 175 milhões de Dólares Americanos, com o Programa Alimentar Mundial (PAM) recebendo 40% dos fundos (Programa Alimentar Mundial [PAM], 2019). O Mecanismo de Resposta Imediata (MRI) [10] do Componente Contingente de Resposta a Emergências (CERC)[11] do Banco Mundial liberou 55 milhões de Dólares Americanos para a reabilitação de emergência. A Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (FICV) liberou 344.000 de Dólares Americanos em dinheiro do seu Fundo de Emergência para a Ajuda em Caso de Desastres (DREF) quase no exato momento em que o Ciclone Idai atingia a costa (Centro Climático, 2019). Através das Ações Baseadas no Financiamento (FbA) pelo mecanismo de financiamento do Fundo de Emergência para a Ajuda em Caso de Desastres (DREF), um desembolso automático de recursos ocorre uma vez que seja alcançado o protocolo de gatilho. Na Conferência Internacional de Doadores da Beira, no final de Maio de 2019, os doadores prometeram 1,2 mil milhões de Dólares para ajudar Moçambique no seu processo de reconstrução e recuperação. No entanto, o Gabinete de Reconstrução Pós-Ciclone do governo não tinha recebido esse financiamento no início de 2020 (Kleinfeld, 2019). Tais atrasos levam a estratégias de adaptação negativas, sendo as mulheres e raparigas as mais afetadas.

Uma Revisão das Nações Unidas concluiu que o planeamento teria beneficiado da utilização de gatilhos de antecipação baseados em indicadores de alerta precoce. Houve também questões sobre a falta de gatilhos de ação precoce para a bacia do rio Zambeze, dado que a mesma é periodicamente afetada por inundações graves (Crossley, E. *et al*. 2021). Utilizando os próprios fundos, algumas das agências da

[10] O Mecanismo de Resposta Imediata (MRI) pode ser utilizado para aumentar os recursos do projeto, permitindo que até 5% de uma carteira não desembolsada da AID num país afetado seja canalizada através de qualquer Componente Contingente de Resposta a Emergências (CERC).

[11] Um Componente Contingente de Resposta a Emergências (CERC) refere-se a um componente dentro de um projeto que permite a atribuição rápida de fundos a atividades de recuperação de emergência em caso de desastre, evitando o atraso de reestruturação do projeto. Representa um financiamento temporário para necessidades imediatas de recuperação de emergências enquanto são disponibilizados outros apoios a médio prazo. Como tal, concentra-se em atividades que ajudam a minimizar os impactos de emergência nas comunidades afetadas (por exemplo, transferências de dinheiro; reconexão temporária de estradas; reparação de sistemas hídricos e escolas), e não inclui o desenvolvimento institucional a médio prazo, o reforço de capacidades ou a reconstrução de infra-estruturas complexas (Banco Mundial, 2019c).

ONU, ONGs internacionais e a Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (FICV) aplicaram uma abordagem "sem arrependimentos". Isto permitiu que a resposta tivesse um início relativamente rápido. No entanto, embora alguns fundos tenham sido recuperados, alguns lutaram para recuperar os seus compromissos de doadores. Isto pode afetar potencialmente a vontade das agências de adotar uma abordagem semelhante de "sem arrependimentos" no futuro (Baker *et al.*, 2020). Assim sendo, embora o valor e a necessidade de uma abordagem de resiliência sejam amplamente reconhecidos, atualmente é pouco enfatizada e subfinanciada (Crossley, E*. et al.* 2021).

## Proteção Social

A proteção social é um pilar central da estratégia de redução da pobreza em Moçambique e beneficia de um forte empenho do governo. Em 2018, 71% do orçamento para a proteção social era proveniente do orçamento do Estado. Apesar dos problemas económicos, os orçamentos da proteção social foram protegidose até mesmo registaram aumentos modestos (UNICEF, 2020)[12]. Em 2017, a cobertura total de todos os programas de proteção social foi de 470.786 beneficiários diretos ou agregados, o que representa menos de 20% do número de populações carenciadas em Moçambique, que é superior a 13 milhões de pessoas (Programa Alimentar Mundial [PAM], 2019).

A proteção social é gerida pelo Instituto Nacional de Ação Social (INAS), que faz parte do Ministério do Género, Criança e Ação Social (MGCAS). O Instituto Nacional de Ação Social (INAS) implementa três programas de transferências monetárias que fazem parte da Estratégia Nacional de Segurança Social Básica 2016-2024 (ENSSB II). Trata-se de i) um programa básico **(PSSB)** que visa idosos carenciados e vulneráveis, pessoas com deficiência, doentes crónicos e as crianças vulneráveis; (ii) um programa de obras públicas (PASP); (iii) o Programa de Apoio Social Direto (PASD) que tem duas componentes, uma componente de apoio em espécie e outra componente centrada em Transferências Monetárias Pós-Emergência **(PASD-PE)**[13]. A Estratégia Nacional de Segurança Social Básica 2016-2024 (ENSSB II) inclui objetivos relacionados com os choques climáticos.

O programa de PASD-PE[14] foi criado para lidar com choques co-variáveis, tais como secas, inundações e ciclones, e foi recentemente adaptado para responder aos desafios colocados pela pandemia. A flexibilidade do programa permite que seja adaptado ao tipo de choque ao qual responde - com 2.500 Meticais Moçambicanos (MT) por mês sendo fornecidos por agregado para as secas e 1.500 MT para outros choques como o COVID-19. Por exemplo, para as secas tem uma duração de 12 meses e para os choques de início rápido tem uma duração de seis meses. O valor da transferência, ao contrário do que acontece com os outros programas, não está fixado no decreto do governo, o que em teoria flexibiliza o valor e a duração. Foi implementado pela primeira vez para o El Niño (2017) e depois novamente durante as secas em Tete (2018-19) e Gaza (2019-20), bem como após os ciclones Idai e Kenneth atingirem o país em 2019. Dados os atrasos na implementação de Transferências Monetárias Pós-Emergência (PASD-PE), durante a época de escassez de 2017-2018, um projeto financiado pelo DFID implementado pelo Programa Alimentar Mundial (PAM) e pelo HelpAge que forneceu transferências monetárias e vales de produtos alimentares [15]na província de Tete. Este projeto foi referido pelo governo como um projeto-

[12] https://www.unicef-irc.org/article/1958-how-social-protection-empowers-adolescent-girls.html

[13] O Programa de Apoio Social Direto Pós-Emergência e as Transferências Monetárias Pós-Emergência (PASD-PE) têm uma base jurídica no Decreto Nº 47/2018 (Decreto de Revisão de Programas); no entanto, o programa não foi incluído no subsequente Decreto Nº 59/2018 (Decreto de Revisão de Subsídios de Programas) que define os valores para o programa básico (PSSB), o programa de obras públicas (PASP) e o programa de apoio social direto (PASD).

[14] O programa de Transferências Monetárias Pós-Emergência (PASD-PE) tem origem na Estratégia Nacional de Segurança Social Básica 2016-2024 (ENSSB II) que reforçou o papel da segurança social básica na resposta aos choques. Com a aprovação do Conselho de Ministros do Decreto Presidencial Nº 47/2018, o programa foi criado em 2018 para rever os Programas Básicos de Segurança Social.

[15]O projeto atingiu 24.354 agregados beneficiados, dos quais 85% receberam vales de produtos e 15% transferências monetárias

piloto de Transferências Monetárias Pós-Emergência (PASD-PE) e teve como objetivo mitigar a segurança alimentar aguda nos agregados afetados pela seca[16] (Programa Alimentar Mundial [PAM], 2019). A intervenção priorizou os agregados apoiados respondendo aos critérios de seleção do programa básico (PSSB). O valor da transferência monetária foi alinhado com o valor das Transferências Monetárias Pós-Emergência (PASD-PE). No entanto, apesar de as agências humanitárias defenderem transferências monetárias em resposta à seca e às inundações, o governo não autorizou transferências monetárias fora do programa do governo. Portanto, as transferências monetárias relacionadas com a seca foram estreitamente alinhadas com o sistema deproteção social. Recentemente, os esforços liderados pela Divisão de Desenvolvimento das Zonas Áridas e Semi-Áridas (DARIDAS), com o apoio do Programa Alimentar Mundial (PAM), para institucionalizar um sistema de alerta precoce em Moçambique também se cruzam com o desenvolvimento de diferentes planos locais de adaptação e financiamento baseado em previsões (FbP). Para otimizar as sinergias entre as Transferências Monetárias Pós-Emergência (PASD-PE) utilizadas para as secas, e o quadro de antecipação mencionado, o Programa Alimentar Mundial (PAM) apoia a coordenação entre Divisão de Desenvolvimento das Zonas Áridas e Semi-Áridas (DARIDAS) e Instituto Nacional de Ação Social (INAS) para incluir as PASD-PE como uma das respostas aos baixos níveis de precipitação agravados que indicam uma seca. Os planos locais incluíam este programa e foram desenvolvidos em coordenação com o Instituto Nacional de Ação Social (INAS) e as suas delegações. Isto também marca a institucionalização do programa de proteção social responsivo ao choque para antecipar um choque, em vez de responder às suas consequências.

O e-INAS, o sistema de informação de gestão, desenvolvido com o apoio da UNICEF e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para inscrever e processar os beneficiários num único registo, foi lançado formalmente a 19 de Julho de 2019. O Covid-19 acelerou muitas reformas e acelerou o teste da expansão dos mecanismos de proteção social existentes. Alguns dos benefícios do e-INAS incluem: a rápida adição de novos beneficiários, uma melhor orientação e transparência, a utilização de tecnologias de pagamento inovadoras e uma proteção de dados duradoura. Para a resposta ao Covid-19, foram feitas tentativas com as Transferências Monetárias Pós-Emergência (PASD-PE) através de plataformas de telemóvel, tanto quanto possível, mas a maior parte da resposta ainda utilizava valores em numerário (OIT, 2020).

## Pilotos para Ação de Antecipação

### Cruz Vermelha de Moçambique (CVM)

A Cruz Vermelha de Moçambique (CVM) em parceria com a Cruz Vermelha Alemã e as instituições nacionais tem vindo a implantar sistemas de financiamento baseado em previsões (FbP) no países desde 2015[17]. Oprotocolo do ciclone foi o primeiro Protocolo de Ação Inicial (EAP) da Cruz Vermelha a ser aprovado para África em 2019. Foi finalizado o protocolo de inundações para os quatro principais rios - o Limpopo, o Buzi, o Zambéze e o Licungo. Um novo protocolo de seca está atualmente a ser definido como parte de um projeto regional - o desenvolvimento dos gatilhos encontra-se numa fase inicial e o trabalho está a ser realizado com a Universidade Eduardo Mondlane para selecionar as ações iniciais viáveis (GRC KII). O Protocolo de Ação Inicial (EAP) do ciclone abrange 26 distritos na zona costeira de Moçambique, em particular nas províncias de Nampula, Zambézia, Sofala e Inhambane, com uma população total de 4.476.827 pessoas e 1.065.868 agregados. As ações iniciais incluem mensagens de consciencialização através de rádio, TV e megafone; kits de abrigo; o reforço das unidades da escola primária e a distribuição de cloro e baldes. O protocolo consiste numa fase de “prontidão” fora da época de atividade ciclónica com

[16] As comunidades foram selecionadas conjuntamente pelo PAM, SETSAN, INGC, DPGCAS, INAS e o governo distrital

[17] https://www.anticipation-hub.org/experience/anticipatory-action-in-the-world/mozambique/forecast-based-financing-closing-the-gap-between-disaster-preparedness-and-emergency-relief-in-southern-africa-mozambique

o pré-posicionamento estratégico de materiais adaptados para reduzir o impacto das calamidades, bem como o reforço das capacidades e a formação das delegações provinciais da Cruz Vermelha de Moçambique (CVM) e dos seus voluntários de modo a garantir a prontidão institucional para uma potencial ativação do protocolo e uma fase de "ação inicial" que consiste numa parcela de financiamento que é desembolsada até 72 horas antes de um desastre iminente quando um ciclone atinge um nível de "gatilho" de velocidades de vento sustentadas de 120 quilómetros por hora (FICV, 2020 ; FICV, 2021)[18]**.** As lições da resposta do Ciclone Idai foram utilizadas para melhorar os protocolos de financiamento baseado em previsões (FbP) existentes. O Protocolo de Ação Inicial (EAP) das Inundações abrange 12 distritos ao longo das diferentes bacias hidrográficas de Moçambique nas províncias de Gaza, Sofala e Zambézia, visando uma populaçãode aproximadamente 1.151.000 pessoas e 230.200 agregados. O gatilho é alcançado quando a previsão hidrológica de três dias indica que as águas da inundação atingirão o nível da água no período de retorno de cinco anos numa estação de medição a montante do rio. O prazo máximo para concluir estas atividades é de 72 horas (FICV, 2019a). Os boletins sobre as inundações da Direção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (DNGRH) são oficialmente utilizados para ativação, embora sejam monitorizados modelos internacionais como o GLOFAS (KII).

Antes do ciclone Idai atingir a costa, a equipa do projeto do financiamento baseado em previsões (FbP) da Cruz Vermelha de Moçambique (CVM) e os voluntários divulgaram alertas e alcançaram às populações vulneráveis como parte de um primeiro teste de ativação do protocolo do ciclone. Os fornecimentos foram pré-posicionados e nas províncias de Sofala e Zambézia, que se prevê serem as mais atingidas, foi prestado apoio para fortalecer as casas (FICV, 2019b). Em Dezembro de 2020, em antecipação à potencial chegada da **Tempestade Tropical Chalane** no centro de Moçambique[19], foi ativado o Protocolo de Ação Inicial (EAP) para intervenção noDistrito do Buzi, Província de Sofala (FICV, 2019b). Embora se preveja que as velocidades do vento na chegada sejam ligeiramente inferiores ao ponto de ativação ou de gatilho, após extensas consultas com o Instituto Nacional de Meteorologia (INAM) e Météo-France e devido aos elevados níveis de vulnerabilidade induzidos pela pandemia de Covid-19, concordou-se em avançar. No entanto, a tempestade reduziu de intensidade e passou de severa a moderada e causou chuvas intensas com uma destruição mínima das infra-estruturas[20]. Algumas semanas depois, o **Ciclone Eloise** seguiu uma trajetória semelhante em direção à Beira e colocou os mesmos distritos em grave risco de impacto. Os 1.500 agregados alcançados durante a ativação do Chalane conseguiram replicar as ações iniciais, portanto, defendendo a importância de não se arrepender (GRC KII; FICV, 2021)[21]. As chuvas torrenciais e contínuas relacionadas com a chegada do Ciclone Eloise e a trajetória por terra levam ao aumento dos níveis de água na bacia do rio Limpopo, na região Sul de Moçambique, atingindo os gatilhos de inundação da bacia em Fevereiro de 2021. Uma vez atingidos os níveis de gatilho, o protocolo de inundações da Cruz Vermelha de Moçambique (CVM) foi ativado em coordenação com a Direção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (DNGRH) e o Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD) no prazo de 72 horas, atingindo 500 agregados que respondiam aos critérios de vulnerabilidade do protocolo.

A fim de adaptar os protocolos ao contexto de crescente fragilidade na Província de Cabo Delgado, a Cruz Vermelha de Moçambique (CVM), a Cruz Vermelha Alemã e o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) estabeleceram uma parceria e estão a planear a realização de uma análise dos conflitos e um

[18] https://reliefweb.int/report/mozambique/red-cross-officially-activates-anticipatory-actions-ahead-cyclone-chalane; https://www.anticipation-hub.org/news/the-aftermath-of-anticipatory-humanitarian-actions-taken-for-severe-tropical-storm-chalane-in-mozambique-was-it-worth-it/

[19] Previa-se que atingisse os distritos de Buzi, Beira, Dondo, as mesmas áreas que foram devastadas pelo Ciclone Idai

[20] https://globalvoices.org/2021/01/12/cyclone-chalane-hit-mozambique-leaving-much-less-damage-than-previous-storms/

[21] Será que o resultado das ações humanitárias de antecipação tomadas para a severa tempestade tropical "Chalane" em Moçambique – valeu a pena?

estudo de viabilidade para o financiamento baseado em previsões (FbP) nas regiões de Moçambique afetadas por conflitos.

Em termos de sustentabilidade, a Cruz Vermelha Alemã trabalha para reforçar a capacidade da sociedade nacional (CVM), que apoia o governo como auxiliares. Uma vez aprovado um protocolo, um financiamento é disponibilizado durante um período de cinco anos para que as sociedades nacionais possam realizar atividades de pré-posicionamento e prontidão de estoque, bem como o desembolso automático dos fundos de antecipação através de Ações Baseadas no Financiamento (FbA) pelo mecanismo de financiamento do Fundo de Emergência para a Ajuda em Caso de Desastres (DREF) da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (FICV) quando os gatilhos são alcançados. A Cruz Vermelha Alemã fornece a capacitação técnica à Cruz Vermelha de Moçambique (CVM) para apropriar-se e administrar os Protocolos de Ação Inicial (EAPs). No entanto, mais trabalho poderia ser feito para garantir a sustentabilidade no cenário nacional (GRC KII).

**Programa Alimentar Mundial**

Está em curso de implementação um projeto do Programa Alimentar Mundial (PAM) de Moçambique para aumentar a ação de antecipação (AA) da seca para a segurança alimentar em todo o país, com foco nas províncias de Gaza e Tete. A fim de institucionalizar a ação de antecipação (AA), o Programa Alimentar Mundial (PAM) está a colaborar com atores governamentais, tais como o Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD), Instituto Nacional de Meteorologia (INAM), e o Ministério da Agricultura (MADER) para estabelecer um sistema de alerta precoce de seca. Isto está a ser feito através do reforço das capacidades de monitorização e previsão da seca – incluindo a monitorização das colheitas – e do apoio a planos de contingência para ações de antecipação com vista a mitigar os impactos da seca nas populações vulneráveis e com insegurança alimentar que vivem nas duas províncias. O trabalho de previsão e monitorização para elaborar os gatilhos é apoiado pela unidade de Observação da Terra na sede do Programa Alimentar Mundial (PAM). Foram elaboradas as previsões sazonais probabilísticas do Índice de Precipitação Padronizado (SPI) que cobrem a estação chuvosa de Moçambique (Outubro-Abril). O Programa Alimentar Mundial (PAM) trabalha também com intervenientes relevantes para garantir que estes esforços se ligam à uma estrutura mais ampla de gestão de risco liderada pelo governo para melhor antecipar e responder ao risco de desastres, bem como a programas e sistemas de proteção social para garantir que os mais vulneráveis sejam alcançados com assistência de antecipação (PAM, 2020). Os últimos dois anos passaram para permitir que chegassem a um consenso sobre como visualizar, monitorizar e prever a seca, e ainda ligá-la a planos de contingência para a seca (PAM KII). A fim de fazer avançar a agenda, o Programa Alimentar Mundial (PAM) destacou um funcionário para prestar apoio técnico e operacional à Divisão de Desenvolvimento das Zonas Áridas e Semi-Áridas (DARIDAS).

Em termos de resiliência, o **Banco Africano de Desenvolvimento** investiu num projeto de cinco anos de recuperação da seca e resiliência agrícola. O objetivo do projeto é desenvolver uma abordagem a longo prazo para sustentar e tornar a população local mais resiliente à seca; e fornecer aos distritos visados infra-estruturas relacionadas com a água para contrabalançar os efeitos da natureza recorrente da seca (AfDB, 2019)[22]. Moçambique é o primeiro com aprovação do Banco Mundial para a Redução do Risco de Desastres (DRM) e o Programa de Resiliência para Resultados (PforR)[23]num país da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA). O Programa de Resiliência para Resultados (PforR) está ancorado ao programa mais amplo de Redução do Risco de Desastres (DRM) do Governo, conforme

[22] https://www.afdb.org/en/documents/mozambique-drought-recovery-and-agriculture-resilience-project-ipr-june-2019

[23] Financiamento total de 132,27 milhões de Dólares Americanos, dos quais 90 milhões de Dólares Americanos da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) e 6 milhões de Dólares Americanos do Mecanismo de Financiamento do Risco Global - GRiF e 36,27 milhões de Dólares Americanos do Governo de Moçambique (GdM) como contra-financiamento https://www.artemis.bm/news/world-bank -funds-mozambique-for-risk-transfer-after-cyclone-idai/)

estabelecido no Plano Diretor para a Redução do Risco de Desastres (PDRRD), e apoia a agenda de reforma da DRM do país, incentivando o progresso nas áreas prioritárias do PDRRD. A operacionalização e a capitalização recorrentes do Fundo de Gestão de Calamidades (FGC) fazem parte deste aspeto.

**Colaboração**

Há um Grupo de Trabalho Técnico liderado pela Divisão de Desenvolvimento das Zonas Áridas e Semi-Áridas (DARIDAS) que se destina a trabalhar no estabelecimento do Sistema de Alerta Antecipado (EWS) da seca e ligá-lo à Ação de Antecipação (AA) e incentivar a harmonização. O grupo reúne intervenientes como o Instituto Nacional de Meteorologia (INAM), o Ministério da Agricultura, o Ministério do Género, Criança e Ação Social, o Programa Alimentar Mundial (PAM), a Cruz Vermelha em três subgrupos sobre os gatilhos, a Ação de Antecipação (AA) e o financiamento, respetivamente. O Programa Alimentar Mundial (PAM) e a Cruz Vermelha têm a possibilidade de alinhar os seus protocolos. No entanto, o progresso em geral parece ser lento (KIIs). O envolvimento da FAO parece ser limitado no momento, com o foco na promoção dos serviços climáticos a nível distrital. Outros atores humanitários, como a Save the Children, estão a iniciar o seu trabalho para ação de antecipação, sinalizando uma necessidade crescente de forte colaboração e alinhamento no campo do financiamento baseado em previsões (FbP) para evitar a duplicação de esforços (Comunicação de GRC).

## Análise

Em 2015, o diálogo em torno da Ação de Antecipação (AA) foi introduzido em Moçambique. Mas, semelhante à mudança gradual da resposta para a preparação, conforme exigido pela legislação, o progresso tem sido lento, sobretudo em comparação com outros países como as Filipinas e o Bangladesh. Isto destaca a importância do ambiente propício e a importância da adesão do governo (GRC KII). Embora existam boas estruturas de Redução do Risco de Desastres (RRD), falta a implementação dessas estruturas. Além disso, a divisão entre os atores e as abordagens humanitárias e de desenvolvimento é clara, como ficou evidente pela resposta do ciclone. Embora a necessidade de uma abordagem de resiliência seja amplamente reconhecida, ainda não é suficientemente enfatizada e é subfinanciada em Moçambique (Crossley, E. *et al*. 2021). A dinâmica de risco agravado em Moçambique é complexa e continua a ser um desafio para os programas de financiamento baseado em previsões (FbP) em Moçambique. O Ciclone Tropical (CT) Eloise é um bom exemplo de como os eventos naturais extremos interligam-se e agravam-se. Embora tenha havido muito menos inundações na zona direta de impacto do Ciclone Tropical (CT) (ou seja, província de Sofala), houve um aumento das inundações na bacia do rio Limpopo, em comparação com o Ciclone Tropical (CT) Idai, o que induziu fortes inundações na província de Sofala/bacia do rio Buzi (Comunicação de GRC).

A seca induzida pelo El Niño de 2015-16 revelou deficiências no sistema de Redução do Risco de Desastres (RRD), centrado nas inundações e nos riscos de ciclones (PAM, 2019). Embora o governo tenha demonstrado algum interesse na seca, a ação ainda defende um início rápido. Por exemplo, embora o plano de contingência nacional mencione a seca, pouco é feito em termos de ações (Programa Alimentar Mundial [PAM] KII). Os requisitos de resposta para um início rápido são maiores do que o início lento. O Plano de Resposta Humanitária (HRP) para o Ciclone Idai estimou os requisitos em 441 milhões de Dólares Americanos, enquanto para a seca de 2015-16, após a declaração de Alerta Vermelha pelo Governo de Moçambique (GdM) a 12 de abril de 2016, foi emitido um apelo de financiamento da ONU no valor de 204,3 milhões de Dólares Americanos para cobrir as necessidades de emergência das comunidades afetadas (CARE, 2016). Relativamente ao financiamento do risco de desastres, embora a criação do Fundo de Gestão de Calamidades (FGC) seja um passo na direção certa, é insuficiente. O Governo de Moçambique (GdM) ainda não subscreveu uma apólice de seguro da Capacidade de Risco em África (ARC) para quaisquer dos riscos, e os fundos disponíveis no Fundo de Gestão de Calamidades

(FGC) são limitados e atualmente disponíveis apenas para as respostas rápidas, uma vez que a necessidade de financiamento para a ação de antecipação (AA) relacionada com a seca parece ser considerada demasiado grande.

Uma pessoa entrevistada destacou a confusão clássica e contínua sobre o desenvolvimento contra a resposta. O Grupo de Trabalho Técnico, liderado pela Divisão de Desenvolvimento das Zonas Áridas e Semi-Áridas (DARIDAS), oferece uma boa oportunidade para uma colaboração futura, uma vez que se pretendia que houvesse harmonização e coerência. Embora a conversa acerca da ligação de planos de contingência com as previsões esteja a decorrer, o progresso é lento. Embora estejam em curso os esforços para estabelecer um Sistema de Alerta Antecipado (EWS) para a seca, é necessário um esforço mais concertado para alinhar as intervenções de implementação dos parceiros e trabalhar sobre os pontos fortes de cada um (KIIs). Trabalhar em conjunto pode alargar o âmbito das intervenções. O foco do Programa Alimentar Mundial (PAM) é a segurança alimentar. Já a Cruz Vermelha tem um mandato mais amplo que inclui a Água, Saneamento e Higiene (WASH) e pecuária (GRC KII). Os problemas sobre como lidar melhor com a seca e a insegurança alimentar na época de escassez é uma questão dinâmica que envolve tanto a Redução do Risco de Desastres (RRD) como os sistemas de proteção social no futuro e deve ser discutida neste fórum.

Em geral, o envolvimento com os atores climáticos parece ser fraco, principalmente devido à falta de capacidade de alguns parceiros de implementação. Uma pessoa entrevistada referiu que a construção de relações com o Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD) levou muito tempo, mas agora que há progressos, pode ser possível envolver-se agora.

A sustentabilidade parece ser um problema em todas as frentes. O governo depende dos protocolos de ação de antecipação (AA) da Cruz Vermelha para os ciclones e as inundações. No entanto, o trabalho da Cruz Vermelha é restringido pelo financiamento limitado (350.000 CHF) e pelo trabalho por meio das sociedades nacionais, em oposição ao Programa Alimentar Mundial [PAM], que pode trabalhar no desenvolvimento de capacidade dentro dos ministérios do governo. Para o trabalho de ação de antecipação (AA) da Cruz Vermelha, embora limitado em possibilidades, por meio de sociedades nacionais, muitas vezes permite resultados mais rápidos que podem fornecer provas para inspirar uma mudança maior para a AA. Relativamente a sustentabilidade financeira, o interesse dos doadores na agenda não está claro. O julgamento da “dívida oculta” de Moçambique, o maior escândalo de corrupção do país, começou recentemente[24]. O escândalo que eclodiu em 2016 levou à suspensão do financiamento do Banco Mundial, FMI, governo do Reino Unido e outros[25]. Portanto, algum ceticismo por parte dos doadores pode existir em fornecer um financiamento para a ação de antecipação (AA).

Foi destacada a importância do papel da advocacia e do papel útil do intercâmbio de experiências dos países. Uma vez que a ação de antecipação (AA) é considerada uma “inovação”, foi sugerido que a advocacia deve ser executada em paralelo a um trabalho mais técnico em torno do desenvolvimento de gatilhos, para envolver os atores. Uma abordagem em camadas para a advocacia é importante porque, mesmo após o desenvolvimento de um gatilho e dos protocolos, é possível que uma vez alcançada a fase operacional, ou seja, na fase de ativação, o governo possa bloquear a ação inicial porque é considerada política. Há também a necessidade de sensibilização contínua sobre o que a ação de antecipação (AA) implica e a forma como se encaixa no planeamento a longo prazo é importante/ Redução do Risco de Desastres (RRD). A advocacia a nível regional com a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) também pode ajudar no reforço a nível nacional. Isto agora é levado adiante pelo Grupo de

[24] https://www.africanews.com/2021/08/23/mozambique-s-hidden-debt-scandal-trial-begins/. Acedido a 25 de Agosto de 2021

[25] https://www.bbc.co.uk/news/world-africa-36158118 Acedido a 25 de Agosto de 2021

Trabalho para Ação de Antecipação Regional (RAAWG) e os seus membros do Secretariado do PAM, FAO, FICV e Cruz Vermelha Alemã e os membros das agências membros, como a UN OCHA, Welthungerhilfe e Save the Children. O roteiro regional para a ação de antecipação (AA) na África Austral está atualmente a ser finalizado e coordenado com a SADC com o objetivo de harmonizar as metodologias de gatilho, coordenar as iniciativas para ação de antecipação, aumentar os recursos financeiros, bem como a advocacia conjunta para a AA (Comunicação de GRC).

## Acrónimos

| | |
|---|---|
| CLGRC | Comité Local de Gestão do Risco das Calamidades) |
| CTGD | Conselho Técnico de Gestão de Calamidades) |
| DARIDAS | Divisão de Desenvolvimento das Zonas Áridas e Semi-Áridas |
| FGC | Fundo de Gestão de Calamidades |
| DNGRH | Direção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos |
| INGD | Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres |
| NDRFS | Estratégia Nacional de Financiamento do Risco de Desastres |
| PDRRD | Plano Diretor para a Redução do Risco de Desastres 2017-2030 |
| PDPMCN | Plano Director para Prevenção e Mitigação das Calamidades Naturais |
| PQG | Programa Quinquenal do Governo |
| UNAPROC | Unidade Nacional de Proteção Civil |

## REFERÊNCIAS

ACAPS (2021) Impacto do Ciclone Tropical Eloise em Moçambique

Capacidade de Risco em África (2019) Em Maio 2019, Moçambique Assina um Memorando de Entendimento com África de Risco para Fazer Face a Inundações e Ciclones Tropicais.

Baker, J., Nichols, T., Afonso, F., e Etajo, P. (2020) Avaliação Humanitária Inter-Agências da Resposta ao Ciclone Idai em Moçambique, Grupo Diretor de Avaliação Inter-Agências. Disponível a partir de www.who.int/docs/default-source/ documents/evaluation/iahe-mozambique-final-report. pdf?sfvrsn=8a00875f_2.

Bonifácio, R., Guimarães Nobre, G., and Cuellar, D. (2021) Previsão da Seca, Limiares e Gatilhos: Implementação do Financiamento baseado em Previsões de Moçambique, Assembleia Geral de EGU 2021.

Calcutt, E., Maher, B. e Fitzgibbon. C (s.d.) Financiamento do Risco de Desastres (DRF): Lições Emergentes no Financiamento da Proteção Social Adaptativa. Grupo Banco Mundial e UKaid.

CARE (2016) Quando a Esperança Seca

Centro Climático (2019) “A FICV libera fundo humanitário para Moçambique enquanto o ciclone Idai atinge a costa”. www.climatecentre.org/news/1116/ifrc-releases- humanitarian-cash-for-mozambique-as-cyclone-idai-makes- landfall.

Crossley, E., Hillier, D., Plichta, M., Rieger, N., e Waygood, S. (2021) “Financiamento de desastres: rastreamento do financiamento humanitário e do desenvolvimento global para resposta aos desastres naturais”, Centro para Iniciativas de Proteção e Desenvolvimento dos Desastres, Londres

GFDRR, Governo de Moçambique (2018) Proteção Financeira contra Desastres em Moçambique

Governo de Moçambique (2019) Ciclone Idai em Moçambique - Avaliação das Necessidades Pós-Desastre

Governo dos Países Baixos - Ministério dos Negócios Estrangeiros (2018) Perfil da Mudança Climática em Moçambique

Kardan, A., Bailey, S. e Barca, V (2017) Construção de sistemas de proteção social para uma resposta eficaz a desastres: a experiência de Moçambique

Kleinfeld, P. (2019) “O pós-ciclone em Moçambique, muita ajuda mas pouca reconstrução”, The New Humanitarian 16 de Dezembro

FICV (2021a) Preparação Legal para a Assistência Internacional a Desastres em Moçambique

FICV (2021b) Preparação Legal para a Assistência Internacional a Desastres na África Austral

FICV (2019a) Ficha Informativa sobre o Financiamento de Moçambique com base em Previsões

FICV (2019b) Ciclone Tropical Idai tem consequências graves para Moçambique

FICV (2019) Moçambique/África: Coordenar as ações iniciais de preparação e resposta aos ciclones em Moçambique

OIT (2020) Alcançando os mais vulneráveis na resposta de proteção social às crises da pandemia de COVID-19 em Moçambique: Oportunidades e Desafios

Inter-Agência (2020) Avaliação Humanitária Inter-Agências da Resposta ao Ciclone Idai em Moçambique

OIM (2021) Matriz de Rastreamento de Deslocações - Moçambique - Resumo dos Resultados das Províncias de Cabo Delgado, Nampula, Niassa, Sofala, Zambézia e Inhambane - Ronda de Avaliação de Base 13 - Setembro de 2021

Norton, R., MacClune, K. e Sz nyi, M. (2020) Quando o fato sem precedentes se torna um fato com precedentes: aprendendo com os Ciclones Idai e Kenneth Boulder, CO: ISET Aliança Internacional e de Zurique para a Resiliência às Inundações.

OCHA (2019) Relatório sobre a Situação de Moçambique - 15 de Junho de 2021

UNICEF (2020) O potencial transformador das obras públicas de proteção social para capacitar raparigas adolescentes e mulheres jovens

Programa Alimentar Mundial (PAM) (2020) Relatório Anual do País Moçambique 2020 Plano Estratégico do País 2017 - 2021

Programa Alimentar Mundial (PAM) (2019) Transferências e vales em dinheiro em resposta à seca em Moçambique

Banco Mundial (2019a) Programa de Gestão de Riscos de Desastres e Resiliência em Moçambique: Relatório de Avaliação Técnica. Banco Mundial, Washington, DC.

Banco Mundial (2019b) “Banco Mundial anuncia 90 milhões de Dólares Americanos para reforçar a resiliência de Moçambique a desastres naturais”, Comunicado de Imprensa, 19 de Março

Banco Mundial (2019c) “Componente de Resposta para Emergência de Contingência: Quadro de Gestão Ambiental e Social (ESMF)”